



## **Demonstrações financeiras**

### **Evrecy Participações Ltda.**

31 de dezembro de 2019  
Com Relatório do Auditor Independente

## ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| Relatório da administração .....  | 3  |
| Balancos patrimoniais.....  | 5  |
| Demonstrações dos resultados.....   | 7  |
| Demonstrações dos resultados abrangentes.....   | 8  |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....   | 9  |
| Demonstrações dos fluxos de caixa.....  | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras   |    |
| 1. Contexto operacional.....  | 11 |
| 2. Apresentação das demonstrações financeiras.....  | 12 |
| 3. Principais práticas contábeis.....   | 13 |
| 4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....   | 21 |
| 5. Caixa e equivalentes de caixa.....   | 21 |
| 6. Aplicações financeiras.....  | 21 |
| 7. Ativo de concessão.....  | 22 |
| 8. Imobilizado.....   | 23 |
| 9. Intangível.....  | 24 |
| 10. Tributos e encargos sociais a recolher.....   | 24 |
| 11. Encargos regulatórios a recolher.....   | 25 |
| 12. PIS e COFINS diferidos.....   | 25 |
| 13. Patrimônio líquido.....   | 25 |
| 14. Receita operacional líquida.....  | 27 |
| 15. Custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas..... | 29 |
| 16. Resultado financeiro.....   | 29 |
| 17. Imposto de renda e contribuição social.....   | 29 |
| 18. Transações com partes relacionadas.....   | 30 |
| 29. Instrumentos financeiros.....   | 31 |
| 20. Seguros.....  | 32 |
| Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras.....   | 33 |

# Evrecy Participações Ltda.

## Relatório da administração

(Em milhares de reais)

### Análise do resultado do exercício de 2019 em comparação com exercício de 2018:

O exercício de 2019 apresentou um lucro líquido de R\$4.205, comparado um prejuízo do ano anterior no montante de R\$7.109.

A **receita operacional líquida** reduziu em 6,1% em comparação ao exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:

|                                     | <b>2019</b>  | <b>A.V.<br/>%</b> | <b>2018</b>  | <b>A.V.<br/>%</b> | <b>Variação<br/>2019/2018<br/>%</b> |
|-------------------------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------------------------|
| Operação e manutenção               | 2.565        | 36,0              | 2.420        | 31,9              | 6,0                                 |
| Remuneração dos ativos de concessão | 4.937        | 69,4              | 6.432        | 84,9              | (23,2)                              |
| Arrendamento e aluguéis             | 304          | 4,3               | 279          | 3,7               | 9,0                                 |
| Tributos sobre a receita            | (242)        | (3,1)             | (1.160)      | (12,7)            | (79,1)                              |
| Encargos Regulatórios               | (446)        | (5,7)             | (394)        | (4,3)             | 13,2                                |
| <b>Receita operacional líquida</b>  | <b>7.118</b> |                   | <b>7.577</b> |                   | <b>(6,1)</b>                        |

- (i) As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$2.565 em 2019, comparada com R\$2.420 em 2018, devido a: (i) parcela de ajuste positiva no valor de R\$2.299; parcialmente compensado por: (ii) redução de antecipação no valor de R\$1.837 e (iii) variação do (IGPM) de novas instalações R\$315.
- (ii) A **remuneração dos ativos de concessão** somou R\$4.937 em 2019, redução de 23,2% em relação a 2018 explicada principalmente pelo impacto positivo em 2018 decorrente da mudança de contabilização do efeito inflacionário (IGPM) de anual para mensal.
- (iii) As **receitas de aluguéis** totalizaram R\$304 em 2019 e R\$279 em 2018, basicamente pela atualização dos arrendamentos.
- (iv) As **deduções da receita operacional** atingiram R\$688 em 2019 contra R\$1.554 em 2018 o que acompanha a redução da receita de remuneração dos ativos de concessão.

Os **custos de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, totalizaram R\$1.721 em 2019 frente aos R\$3.693 em 2018, com concentração em pessoal e serviços de terceiros.

|                          | <b>Custos de O&amp;M</b> |                |
|--------------------------|--------------------------|----------------|
|                          | <b>2019</b>              | <b>2018</b>    |
| Pessoal                  | -                        | (1.464)        |
| Serviços de terceiros    | (1.351)                  | (1.766)        |
| Materiais                | (64)                     | (112)          |
| Arrendamentos e Aluguéis | (277)                    | (335)          |
| Outros                   | (29)                     | (16)           |
|                          | <b>(1.721)</b>           | <b>(3.693)</b> |

As **despesas gerais administrativas** totalizaram R\$1.097 em 2019 comparada com R\$492 em 2018, de pelo: (i) serviços de comunicação e telefonia R\$480; (ii) despesas com pessoal R\$90 e (iii) depreciação R\$70.

# **Evrecy Participações Ltda.**

## **Relatório da administração**

**(Em milhares de reais)**

---

**Outras despesas operacionais líquidas**, com a adoção do CPC nº 47 – Receita de Contrato com Cliente, gerou, em 2018, um impacto negativo de R\$11.901 no ano, em decorrência da variação da taxa de desconto utilizada uma vez que a Administração da Empresa adotou a taxa que precifica o componente financeiro, e anteriormente utilizava uma taxa efetiva de juros (TEJ).

O **resultado financeiro** teve aumento de 80,5% totalizando receita de R\$204 em 2019 comparado a R\$113 em 2018, devido ao aumento dos saldos de aplicações financeiras.

A variação do **imposto de renda e a contribuição social** refere-se, principalmente, à revisão das alíquotas dos tributos de IRPJ e CSSL diferidos conforme a expectativa de realização dos mesmos com impacto de R\$232.

# Evrecy Participações Ltda.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| <b>Ativo</b>                         | <b>Nota</b> | <b>2019</b>   | <b>2018</b>   |
|--------------------------------------|-------------|---------------|---------------|
| <b>Circulante</b>                    |             |               |               |
| Caixa e equivalentes de caixa        | 5           | 142           | 108           |
| Aplicações financeiras               | 6           | 3.274         | 1.788         |
| Ativo de concessão                   | 7           | 8.027         | 6.679         |
| Estoques                             |             | 60            | 171           |
| Tributos e contribuições a compensar |             | 5             | 2             |
| Outros                               |             | 12            | 59            |
|                                      |             | <b>11.520</b> | <b>8.807</b>  |
| <b>Não circulante</b>                |             |               |               |
| Realizável a longo prazo             |             |               |               |
| Ativo de concessão                   | 7           | 42.698        | 45.614        |
| Estoques                             |             | 346           | 236           |
| Cauções e depósitos vinculados       |             | 10            | 10            |
| Outros                               |             | 122           | -             |
|                                      |             | <b>43.176</b> | <b>45.860</b> |
| Imobilizado                          | 8           | 75            | 12            |
| Intangível                           | 9           | 7             | 71            |
|                                      |             | <b>82</b>     | <b>83</b>     |
|                                      |             | <b>43.258</b> | <b>45.943</b> |
| <b>Total do ativo</b>                |             | <b>54.778</b> | <b>54.750</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

| <b>Passivo</b>                                   | <b>Nota</b> | <b>2019</b>   | <b>2018</b>   |
|--|-------------|---------------|---------------|
| <b>Circulante</b>                                |             |               |               |
| Arrendamento mercantil                           |             | 70            | -             |
| Fornecedores                                     |             | 195           | 305           |
| Tributos e encargos sociais a recolher           | 10          | 134           | 129           |
| Encargos regulatórios a recolher                 | 11          | 73            | 86            |
| Parcela de ajuste – PA                           |             | 1.111         | 1.039         |
| Outros   |             | 181           | 53            |
|  |             | <b>1.764</b>  | <b>1.612</b>  |
| <b>Não circulante</b>                            |             |               |               |
| PIS e COFINS diferidos                           | 12          | 1.812         | 1.907         |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 17 (b)      | 1.529         | 1.609         |
| Encargos regulatórios a recolher                 | 11          | 225           | 179           |
|  |             | <b>3.566</b>  | <b>3.695</b>  |
| <b>Patrimônio líquido</b>                        |             |               |               |
| Capital social                                   | 13 (a)      | 21.512        | 21.512        |
| Reservas de lucro                                | 13 (c)      | 27.936        | 27.931        |
|  |             | <b>49.448</b> | <b>49.443</b> |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>  |             | <b>54.778</b> | <b>54.750</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

|  | <u>Notas</u> | <u>2019</u>         | <u>2018</u>           |
|--|--------------|---------------------|-----------------------|
| <b>Receita operacional líquida</b>   | 14.1         | 7.118               | 7.577                 |
| <b>Custo de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção</b>                     | 15           | <u>(1.721)</u>      | <u>(3.693)</u>        |
| <b>Lucro bruto</b>   |              | <u><b>5.397</b></u> | <u><b>3.884</b></u>   |
| <b>(Despesas) receitas operacionais</b>  |              |                     |                       |
| Gerais e administrativas e honorários da administração   | 15           | (1.097)             | (492)                 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas  |              | <u>-</u>            | <u>(10.733)</u>       |
|  |              | <u>(1.097)</u>      | <u>(11.225)</u>       |
| <b>Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro</b> |              | <b>4.300</b>        | <b>(7.341)</b>        |
| Receitas financeiras   | 16           | 228                 | 135                   |
| Despesas financeiras   | 16           | <u>(24)</u>         | <u>(22)</u>           |
|  |              | <u>204</u>          | <u>113</u>            |
| <b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>                     |              | <b>4.504</b>        | <b>(7.228)</b>        |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>  |              |                     |                       |
| Corrente   | 17           | (379)               | (424)                 |
| Diferido   | 17           | <u>80</u>           | <u>543</u>            |
|  |              | <u>(299)</u>        | <u>119</u>            |
| <b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>   |              | <u><b>4.205</b></u> | <u><b>(7.109)</b></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Evrecy Participações Ltda.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

---

|  | <u>2019</u>         | <u>2018</u>           |
|--|---------------------|-----------------------|
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício                | <u>4.205</u>        | <u>(7.109)</u>        |
| <b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b> | <b><u>4.205</u></b> | <b><u>(7.109)</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Evrecy Participações Ltda.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)**

|   | Nota   | Reservas de lucros |               |                               |                                       |                   | Total         |
|---|--------|--------------------|---------------|-------------------------------|---------------------------------------|-------------------|---------------|
|   |        | Capital social     | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Reserva especial de lucros a realizar | Lucros acumulados |               |
| <b>Em 31 de dezembro de 2017</b>                      |        | <b>21.512</b>      | <b>2.261</b>  | <b>23.670</b>                 | -                                     | -                 | <b>47.443</b> |
| Adoção do CPC 47, com efeito em 1º de janeiro de 2018 |        | -                  | -             | -                             | -                                     | 14.609            | 14.609        |
| Constituição de reservas de lucros, adoção do CPC 47  |        | -                  | -             | -                             | 14.609                                | (14.609)          | -             |
| Prejuízo líquido do exercício                         |        | -                  | -             | -                             | -                                     | (7.109)           | (7.109)       |
| Absorção de prejuízo do exercício                     | 13 (a) | -                  | -             | (7.109)                       | -                                     | 7.109             | -             |
| Dividendos intermediários                             | 13 (b) | -                  | -             | (5.500)                       | -                                     | -                 | (5.500)       |
| <b>Em 31 de dezembro de 2018</b>                      |        | <b>21.512</b>      | <b>2.261</b>  | <b>11.061</b>                 | <b>14.609</b>                         | -                 | <b>49.443</b> |
| Lucro líquido do exercício                            |        |                    |               |                               |                                       | 4.205             | 4.205         |
| Destinação do lucro:                                  |        |                    |               |                               |                                       |                   |               |
| Constituição da reserva legal                         | 13 (a) | -                  | 210           | -                             | -                                     | (210)             | -             |
| Realização da reserva especial de lucros a realizar   | 13 (a) | -                  | -             | -                             | (2.191)                               | 2.191             | -             |
| Constituição da reserva de retenção de lucros         | 13 (a) | -                  | -             | 1.986                         | -                                     | (1.986)           | -             |
| Dividendos intermediários                             | 13 (b) | -                  | -             | -                             | -                                     | (4.200)           | (4.200)       |
| <b>Em 31 de dezembro de 2019</b>                      |        | <b>21.512</b>      | <b>2.471</b>  | <b>13.047</b>                 | <b>12.418</b>                         | -                 | <b>49.448</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

|   | <u>2019</u>           | <u>2018</u>           |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>Atividades operacionais</b>  |                       |                       |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício   | 4.205                 | (7.109)               |
| Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais |                       |                       |
| Depreciação e amortizações (nota 15)  | 133                   | 64                    |
| PIS e COFINS diferidos  | (95)                  | 304                   |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos  | (80)                  | (543)                 |
| Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos  | 12                    | 10                    |
|   | <u>4.175</u>          | <u>(7.274)</u>        |
| (Aumento) diminuição de ativos  |                       |                       |
| Ativo de concessão  | 1.568                 | 14.408                |
| Estoques  | 1                     | -                     |
| Tributos e contribuições a recuperar  | (3)                   | -                     |
| Outros  | (75)                  | 177                   |
|   | <u>1.491</u>          | <u>14.585</u>         |
| Aumento (diminuição) de passivos  |                       |                       |
| Fornecedores  | (110)                 | 77                    |
| Tributos e encargos sociais a recolher  | 5                     | (33)                  |
| Encargos regulatórios a recolher  | 24                    | (321)                 |
| Obrigações trabalhistas   | -                     | (160)                 |
| Outros  | 200                   | (320)                 |
|   | <u>119</u>            | <u>(757)</u>          |
| <b>Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais</b>             | <b><u>5.785</u></b>   | <b><u>6.554</u></b>   |
| <b>Atividades de investimento</b>   |                       |                       |
| Aplicações financeiras  | (1.486)               | (1.006)               |
| <b>Fluxo de caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento</b>                  | <b><u>(1.486)</u></b> | <b><u>(1.006)</u></b> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>   |                       |                       |
| Dividendos pagos (nota 13 (b))  | (4.200)               | (5.500)               |
| Pagamentos de arrendamentos   | (65)                  | -                     |
| <b>Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento</b>         | <b><u>(4.265)</u></b> | <b><u>(5.500)</u></b> |
| <b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>   | <b><u>34</u></b>      | <b><u>48</u></b>      |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro  | 108                   | 60                    |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro   | <u>142</u>            | <u>108</u>            |
| <b>Variação em caixa e equivalentes de caixa</b>  | <b><u>34</u></b>      | <b><u>48</u></b>      |

O total de imposto de renda e contribuição pagos no exercício foi de R\$314 (R\$348 em 2018).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1 Objeto social

A Evrecy Participações LTDA. (“Empresa”), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada pela CTEEP - Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”, “ISA CTEEP”, “controladora”) com sede no município de São Paulo – SP, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções é previsto a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 03 de Março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou através da Resolução Autorizativa nº 1.823, a transferência de concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. – CESA para a Empresa, regida pelo contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, de 14 de novembro de 2008.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo de Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 – ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Empresa com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.300, anuiu a transferência do controle societário direto da Empresa detida pela Energest S.A. para a EDP – Energias do Brasil S.A.

Em 11 de dezembro de 2012, a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.788, anuiu a alteração do controle societário direto da Empresa detida pela EDP - Energias do Brasil S.A. para a Empresa de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, alienação essa realizada e finalizada em 21 de dezembro de 2012.

#### 1.2 Concessões

A Empresa possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

| Contrato | Prazo (anos) | Vencimento | Revisão Tarifária Periódica |         | Índice de correção | Receita Anual Permitida - RAP |          |
|----------|--------------|------------|-----------------------------|---------|--------------------|-------------------------------|----------|
|          |              |            | Prazo                       | Próxima |                    | R\$ mil                       | Mês base |
| 020/2008 | 30           | 17.07.25   | 4 anos                      | 2021    | IGPM               | 10.401                        | 06/19    |

Linhas de Transmissão Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e Subestações Conselheiro Pena (230 kv), Aimorés (230 kv) e Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Contrato de Concessão nº 020/2008, prevê o direito de indenização no término de sua vigência, tendo por base os valores não depreciados a infraestrutura e sujeitos à homologação da ANEEL.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Empresa não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 12 de março de 2020.

### 2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

### 2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 17 (b)).
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 7)

A Administração da Empresa avalia o momento de reconhecimento dos ativos de concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 7)

A taxa aplicada ao ativo contratual é a WACC regulatório que representa a estimativa da Empresa para a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Empresa tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 14.1)

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 14.1)

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como parâmetro os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

## 2.4 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Empresa está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que auditar as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Empresa até o dia 30 de abril de 2020.

## 3 Principais práticas contábeis

### 3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 3.2 Reconhecimento de receita

A Empresa aplicou o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as práticas contábeis da Empresa relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47, estão descritos na nota 3.7.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Empresa são classificadas nos seguintes grupos:

#### (a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra (nota 14.1(a)).

#### (b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base no WACC regulatório que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa (nota 14.1(b)).

#### (c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações (nota 14.1(a)).

### 3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Empresa optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2018.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Empresa pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

#### (a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

#### (b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

##### (i) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

##### (ii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

##### (iii) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

### 3.5 Instrumentos financeiros

A Empresa aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

#### (a) Ativos financeiros

##### (i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados as aplicações financeiras (nota 6).

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e bancos (nota 5).

### **(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e do ativo contratual (*impairment*)**

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

### **(iii) Baixa de ativos financeiros**

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

## **(b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

## **3.6 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 3.7 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a

remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos de concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

#### (a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

#### (b) Ativo de concessão - contratual

A concessão da Empresa foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Empresa opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7).

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto (WACC regulatório) e, (ii) atualizado pelo IGPM.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

### 3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

### 3.9 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

### 3.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 3.11 Arrendamentos

#### A Empresa como arrendatária

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- *Arrendatário*

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

- **Ativos de direito de uso**

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### 3.12 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

### 3.13 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### 3.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

---

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

### 3.15 Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Empresa estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

### 3.16 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Empresa, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

### 3.17 Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

### 3.18 Novas normas e interpretações

A Empresa adotou os novos pronunciamentos e interpretações novas e/ou revisadas pelo CPC, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, que são:

- **CPC nº 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Os arrendatários reconhecem separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também reavaliam o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Empresa possui baixo volume de contratos de arrendamentos e cujos valores, com a adoção do CPC 06 (R2), estão reconhecidos em “Arrendamento mercantil” referente aos pagamentos futuros no montante de R\$131 e “Imobilizado” referente o direito de uso no montante de R\$131, líquidos de depreciação (nota 8).

### ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Essa interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A Empresa analisou as incertezas relacionadas aos tratamentos fiscais na apuração dos tributos sobre o lucro, em conjunto com seus assessores legais internos e externos e não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras, decorrentes de tratamentos que potencialmente poderiam expor a Empresa à riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir estes estudos, a Administração da Empresa avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas, sofreu qualquer alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

#### 4 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- CPC 11 Contratos de Seguros
- CPC 15 (R1) Definições de negócios
- CPC 26 (R1) e CPC 23 Definição de omissão material

A Administração da Empresa está em processo de análise dos impactos desses pronunciamentos, destacados acima.

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

|                | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|----------------|-------------|-------------|
| Caixa e bancos | 142         | 108         |
|                | <u>142</u>  | <u>108</u>  |

#### 6 Aplicações financeiras

|  | <b>Rentabilidade<br/>média acumulada<br/>da carteira em<br/>2019</b> |              |              |
|--|--|--------------|--------------|
|  | <b>% do CDI</b>  | <u>2019</u>  | <u>2018</u>  |
| Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI     |  | 1.108        | 1.788        |
| Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes | 98,4%  | 1.095        | -            |
| Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI |  | 1.071        | -            |
|  |  | <u>3.274</u> | <u>1.788</u> |

A Empresa concentra as suas aplicações financeiras no seguinte fundo de investimento:

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Evrecy Participações Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

#### 7 Ativo de concessão

|                                     | <u>2019</u>   | <u>2018</u>   |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| <b>Ativo financeiro</b>             |               |               |
| Serviços de O&M (b)                 | 1.068         | 60            |
|                                     | <u>1.068</u>  | <u>60</u>     |
| <b>Ativo contratual</b>             |               |               |
| Implementação da infraestrutura (a) | 49.657        | 52.233        |
|                                     | <u>50.725</u> | <u>52.293</u> |
| Circulante                          | <u>8.027</u>  | <u>6.679</u>  |
| Não circulante                      | <u>42.698</u> | <u>45.614</u> |

- (a) Implementação da infraestrutura – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente. Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).
- (b) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

O ativo de concessão está assim distribuído por vencimento:

|                     | <u>2019</u>   | <u>2018</u>   |
|---------------------|---------------|---------------|
| A vencer            | 50.657        | 52.220        |
| Vencidos            |               |               |
| até 30 dias         | 1             | 10            |
| de 31 a 60 dias     | 4             | 3             |
| de 61 a 360 dias    | 2             | 2             |
| há mais de 361 dias | 61            | 58            |
|                     | <u>68</u>     | <u>73</u>     |
|                     | <u>50.725</u> | <u>52.293</u> |

A Empresa não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e, portanto, não constituiu provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Evrecy Participações Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A movimentação do ativo de concessão é como segue:

|   |               |
|---|---------------|
| <b>Saldos em 2017</b>                           | <b>49.999</b> |
| Remuneração dos ativos de concessão (nota 14.1) | 6.432         |
| Receita de operação e manutenção (nota 14.1)    | 2.420         |
| Adoção CPC 47                                   | 3.764         |
| Recebimentos                                    | (10.322)      |
| <b>Saldos em 2018</b>                           | <b>52.293</b> |
| Remuneração dos ativos de concessão (nota 14.1) | 4.937         |
| Receita de operação e manutenção (nota 14.1)    | 2.565         |
| Recebimentos                                    | (9.070)       |
| <b>Saldos em 2019</b>                           | <b>50.725</b> |

## 8 Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Empresa e não vinculados ao contrato de concessão.

|   |              | <b>2019</b>                      | <b>2018</b>    | <b>Taxas<br/>médias<br/>anuais de<br/>depreciação</b> |           |
|---|--------------|----------------------------------|----------------|---|-----------|
|   | <b>Custo</b> | <b>Depreciação<br/>acumulada</b> | <b>Líquido</b> | <b>Líquido</b>  | <b>-%</b> |
| Arrendamento em edifícios - CPC 06 (R2) (*) | 15           | (7)                              | 8              | -   |           |
| Arrendamento em veículos - CPC 06 (R2) (*)  | 116          | (61)                             | 55             | -   |           |
| Máquinas e equipamentos                     | 10           | -                                | 10             | -   |           |
| Móveis e utensílios                         | 1            | -                                | 1              | 1   | 6,25      |
| Equipamentos de informática                 | 1            | -                                | 1              | 1   | 16,67     |
| Imobilizado em curso – móveis e utensílios  | -            | -                                | -              | 10  |           |
|   | <b>143</b>   | <b>(68)</b>                      | <b>75</b>      | <b>12</b>   |           |

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

|  | <b>Saldos em 2017</b> | <b>Adições</b> | <b>Saldos em 2018</b> |
|--|-----------------------|----------------|-----------------------|
| Móveis e utensílios                        | 2                     | (1)            | 1                     |
| Equipamentos de informática                | -                     | 1              | 1                     |
| Imobilizado em curso – móveis e utensílios | 11                    | (1)            | 10                    |
|  | <b>13</b>             | <b>(1)</b>     | <b>12</b>             |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Evrecy Participações Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

|  | <u>Saldos em<br/>2018</u> | <u>Adições</u> | <u>Depreciação</u> | <u>Baixas/<br/>Transferências</u> | <u>Saldos<br/>em 2019</u> |
|--|---------------------------|----------------|--------------------|-----------------------------------|---------------------------|
| Arrendamento em edifícios -<br>CPC 06 (R2) (i) | -                         | 15             | (7)                | -                                 | 8                         |
| Arrendamento em veículos -<br>CPC 06 (R2) (i)  | -                         | 116            | (61)               | -                                 | 55                        |
| Máquinas e equipamentos                        | -                         | -              | -                  | 10                                | 10                        |
| Móveis e utensílios                            | 1                         | -              | -                  | -                                 | 1                         |
| Equipamentos de informática                    | 1                         | -              | -                  | -                                 | 1                         |
| Imobilizado em curso –<br>móveis e utensílios  | 10                        | -              | -                  | (10)                              | -                         |
|  | <u>12</u>                 | <u>131</u>     | <u>(68)</u>        | <u>-</u>                          | <u>75</u>                 |

(i) Com a adoção do CPC 06 (R2), a Empresa passou a registrar os contratos de arrendamento de imóveis como imobilizados (nota 3.18).

### 9 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na implantação e atualização do ERP-SAP, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível é como segue:

|                      |             |
|----------------------|-------------|
| <b>Saldo em 2017</b> | <u>134</u>  |
| Amortização          | <u>(63)</u> |
| <b>Saldo em 2018</b> | <u>71</u>   |
| Amortização          | <u>(64)</u> |
| <b>Saldo em 2019</b> | <u>7</u>    |

### 10 Tributos e encargos sociais a recolher

|                                  | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| Imposto de renda                 | 58          | 60          |
| Contribuição social              | 39          | 38          |
| COFINS                           | 25          | 19          |
| PIS                              | 5           | 4           |
| Imposto de renda retido na fonte | 3           | -           |
| Outros                           | 4           | 8           |
|                                  | <u>134</u>  | <u>129</u>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 11 Encargos regulatórios a recolher

|                                      | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--------------------------------------|-------------|-------------|
| Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i) | 298         | 265         |
|                                      | <u>298</u>  | <u>265</u>  |
| Circulante                           | <u>73</u>   | <u>86</u>   |
| Não circulante                       | <u>225</u>  | <u>179</u>  |

(i) A Empresa reconhece obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento –P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL.

### 12 PIS e COFINS diferidos

|                 | <u>2019</u>  | <u>2018</u>  |
|-----------------|--------------|--------------|
| PIS diferido    | 323          | 340          |
| COFINS diferido | 1.489        | 1.567        |
|                 | <u>1.812</u> | <u>1.907</u> |

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apuradas sobre o ativo financeiro e contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

### 13 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social autorizado da Empresa em 2019 e 2018 é de 21.512.000, em quotas iguais, todas nominativas com valor nominal de R\$1,00.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2019 e 2018 totaliza R\$21.512 e está representado por quotas.

#### (b) Dividendos

Em 29 de junho de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$4.000, correspondente a R\$0,18594 por quota.

Em 27 de dezembro de 2018, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$1.500, correspondente a R\$0,069728 por quota.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Evrecy Participações Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 26 de novembro de 2019, a Administração efetuou pagamento de dividendos aos quotistas no montante de R\$4.200, correspondente a R\$0,01952 por quota.

O contrato social da Empresa prevê que o lucro líquido anualmente apurado terá a destinação que lhe for determinada pelos sócios que representem a maioria do capital social.

|   | <u>2019</u>  | <u>2018</u>    |
|---|--------------|----------------|
| <b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>  | <b>4.205</b> | <b>(7.109)</b> |
| Constituição da reserva legal                 | (210)        | -              |
| Realização reserva de lucros a realizar       | 2.191        | -              |
|   | <u>6.186</u> | <u>(7.109)</u> |
| Dividendos intermediários                     | (4.200)      | -              |
| Constituição da reserva de retenção de lucros | (1.986)      | -              |
|   | <u>-</u>     | <u>-</u>       |

#### (c) Reservas de lucro

|                                    | <u>2019</u>   | <u>2018</u>   |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Reserva legal (i)                  | 2.471         | 2.261         |
| Reserva de retenção de lucros (ii) | 13.047        | 11.061        |
| Reserva de lucros a realizar (iii) | 12.418        | 14.609        |
|                                    | <u>27.936</u> | <u>27.931</u> |

#### (i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

#### (ii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido o lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento planejado e aprovado, através de resolução de quotistas.

#### (iii) Reserva especial de lucros a realizar

A Reserva especial de lucros a realizar contempla o impacto da adoção inicial do CPC 47. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Empresa destinará seu saldo nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 247/1996 para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### 14 Receita operacional líquida

#### 14.1 Composição da receita operacional líquida

|   | <u>2019</u>         | <u>2018</u>         |
|---|---------------------|---------------------|
| <b>Receita bruta</b>  |                     |                     |
| Operação e Manutenção (a) (nota 7)                          | 2.565               | 2.420               |
| Receita de remuneração dos ativos de concessão (b) (nota 7) | 4.937               | 6.432               |
| Aluguéis  | <u>304</u>          | <u>279</u>          |
| <b>Total da receita bruta</b>                               | <u>7.806</u>        | <u>9.131</u>        |
| <b>Tributos sobre a receita</b>                             |                     |                     |
| COFINS  | (43)                | (954)               |
| PIS   | <u>(199)</u>        | <u>(206)</u>        |
|   | <u>(242)</u>        | <u>(1.160)</u>      |
| <b>Encargos regulatórios</b>                                |                     |                     |
| Reserva Global de Reversão – RGR                            | (322)               | (265)               |
| Pesquisa e Desenvolvimento – P&D                            | (93)                | (93)                |
| Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia                 | <u>(31)</u>         | <u>(36)</u>         |
|   | <u>(446)</u>        | <u>(394)</u>        |
|   | <u><b>7.118</b></u> | <u><b>7.577</b></u> |

#### (a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Empresa. Quando a Empresa presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

#### (b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa de mercado, estabelecida no início dos contratos/projetos.

#### 14.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisado o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

A última revisão tarifária periódica da Empresa foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 2.404, de 19 de junho de 2018, reduzindo a RAP em 16,7%, vigente a partir de 01 de julho de 2018.

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas na nota 1.2:

### 14.3 Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 729 de 28 de junho de 2016, regulamenta a Parcela Variável (PV) e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. As duas situações são reconhecidas como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Resolução Normativa nº 782/2017, atualizou a REN nº729/16, extinguindo o adicional de RAP para todas as transmissoras a partir de março de 2018.

A Parcela de Ajuste (PA) é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

### 14.4 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2019, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.565, estabelecendo as receitas anuais permitidas da empresa, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565, a RAP e valores correspondentes a parcela de ajuste da Empresa, líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R\$7.164 em 01 de julho de 2018, passou para R\$10.401 em 01 de julho de 2019, apresentando um aumento de R\$3.237, equivalente a 45,18%.

A Receita Regulatória da Empresa, líquida de PIS e COFINS, a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2019 até 30 de junho de 2020 apresenta a seguinte composição:

| Contrato de concessão | Rede Básica         |                   | Demais Instalações de Transmissão – DIT |                   | Total         |
|-----------------------|---------------------|-------------------|---|-------------------|---------------|
|                       | Novos investimentos | Parcela de ajuste | Novos investimentos                     | Parcela de ajuste |               |
| 020/2008              | 10.357              | (2.122)           | 2.266                                   | (100)             | 10.401        |
|                       | <b>10.357</b>       | <b>(2.122)</b>    | <b>2.266</b>                            | <b>(100)</b>      | <b>10.401</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Evrecy Participações Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### 15 Custos de implementação da infraestrutura, de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas

|                           | <u>2019</u>    |                 | <u>2018</u>    |
|---------------------------|----------------|-----------------|----------------|
|                           | <u>Custos</u>  | <u>Despesas</u> | <u>Total</u>   |
| Pessoal (*)               | -              | -               | (1.553)        |
| Serviços                  | (1.351)        | (905)           | (2.042)        |
| Depreciação e amortização | -              | (133)           | (64)           |
| Materiais                 | (64)           | -               | (112)          |
| Arrendamentos e aluguéis  | (277)          | (1)             | (341)          |
| Outros                    | (29)           | (58)            | (73)           |
|                           | <u>(1.721)</u> | <u>(1.097)</u>  | <u>(4.185)</u> |

(\*) A partir de novembro de 2018 a Empresa terceirizou todo o seu processo administrativo e técnico e, atualmente compartilha recursos com a Controladora por meio de contrato específico (nota 18).

#### 16 Resultado financeiro

|                                      | <u>2019</u>       | <u>2018</u>       |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Receitas</b>                      |                   |                   |
| Rendimento de aplicações financeiras | 222               | 128               |
| Juros ativos                         | 2                 | 1                 |
| Variações monetárias                 | 1                 | 1                 |
| Outras                               | 3                 | 5                 |
|                                      | <u>228</u>        | <u>135</u>        |
| <b>Despesas</b>                      |                   |                   |
| Juros sobre arrendamentos            | (7)               | -                 |
| Variações monetárias                 | (9)               | (10)              |
| Outras                               | (8)               | (12)              |
|                                      | <u>(24)</u>       | <u>(22)</u>       |
|                                      | <u><b>204</b></u> | <u><b>113</b></u> |

#### 17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/2014.

A Empresa adota o regime de lucro presumido.

## Evrecy Participações Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

#### (a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

|                                     | <u>2019</u>         | <u>2018</u>       |
|-------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Receita bruta de serviços           | 7.502               | 8.852             |
| Receita bruta de demais serviços    | <u>228</u>          | <u>279</u>        |
| Presunção IRPJ e CSLL 8%, 12% e 32% | 682                 | 821               |
| Outras receitas                     | <u>304</u>          | <u>135</u>        |
| Base de cálculo                     | <u>986</u>          | <u>956</u>        |
| IRPJ e CSLL                         | (335)               | (325)             |
| Outros (*)                          | <u>36</u>           | <u>444</u>        |
| <b>Despesa com IRPJ e CSLL</b>      | <b><u>(299)</u></b> | <b><u>119</u></b> |
| Corrente                            | (379)               | (424)             |
| Diferido                            | <u>80</u>           | <u>543</u>        |
|                                     | <b><u>(299)</u></b> | <b><u>119</u></b> |

(\*) Impacto da revisão das alíquotas dos impostos diferidos conforme expectativa de realização.

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de R\$1.529 (R\$1.609 em 2018) refere-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, remuneração do ativo de concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47), reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Instrução normativa nº 1700/17 e lei nº12.973/2014.

## 18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

| Natureza da operação                                 | Parte relacionada | <u>2019</u>       | <u>2018</u>       | <u>2019</u>           | <u>2018</u>           |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
|  |                   | Passivo           | Passivo           | Receita/<br>(Despesa) | Receita/<br>(Despesa) |
| Sublocação, reembolsos e compartilhamento de pessoal | CTEEP             | 44                | 168               | (205)                 | (81)                  |
| Prestação de serviços                                | CTEEP             | <u>82</u>         | <u>78</u>         | <u>(923)</u>          | <u>(920)</u>          |
|  |                   | <b><u>126</u></b> | <b><u>246</u></b> | <b><u>(1.128)</u></b> | <b><u>(1.001)</u></b> |

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de outros passivos, no passivo circulante.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A política de remuneração da Empresa não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de compartilhamento de despesas de pessoal implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados entre a Empresa e a ISA CTEEP.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela Empresa no edifício sede da controladora CTEEP, bem como rateio das despesas condominiais, de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

A controladora CTEEP presta serviços de operação e manutenção das instalações da Empresa.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes.

### 19 Instrumentos financeiros

#### (a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

|   | <u>Nível</u> | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|--------------|-------------|-------------|
| <b>Ativos financeiros</b>                       |              |             |             |
| <b><u>Valor justo por meio do resultado</u></b> |              |             |             |
| Aplicações financeiras                          | 2            | 3.274       | 1.788       |
| <b><u>Custo amortizado</u></b>                  |              |             |             |
| Caixa e bancos                                  | -            | 142         | 108         |
| Contas a receber – serviços de O&M              |              | 1.068       | 60          |
| <b>Ativo contratual</b>                         | -            | 49.657      | 52.233      |
| <b>Passivos financeiros</b>                     |              |             |             |
| <b><u>Custo amortizado</u></b>                  |              |             |             |
| Fornecedores                                    | -            | 195         | 305         |
| Arrendamento mercantil                          | -            | 70          | -           |

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Empresa classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Evrecy Participações Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

### (b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Empresa podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Empresa mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Empresa mantém contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Empresa são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 14.2).
- (iii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Empresa são provenientes de suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Empresa é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

## 20 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

| <u>Modalidade</u>                | <u>Vigência</u>     | <u>Importância<br/>segurada - R\$ mil</u> | <u>Prêmio - R\$ mil</u> |
|----------------------------------|---------------------|---|-------------------------|
| Patrimonial (a)                  | 19/12/19 a 19/12/20 | 83.933                                    | 44                      |
| Responsabilidade Civil Geral (b) | 19/12/19 a 19/12/20 | 50.000(*)                                 | -                       |
|                                  |                     |   | <u>44</u>               |

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de Concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Empresa.

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(\*) A Empresa é cossegurada de 100% da apólice de Responsabilidade Civil Geral da Controladora CTEEP.

\* \* \*

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Cotistas e Administradores da  
**Evrecy Participações Ltda.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Evrecy Participações Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evrecy Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Adilvo França Junior  
Contador CRC-1BA021419/O-4-T-SP